



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deliberação

ERC/2019/221 (PLU-TV)

Queixa do PCP contra a RTP a propósito da cobertura noticiosa, na RTP1 e RTP3, do Debate sobre o Futuro da Europa com o Primeiro-Ministro português

**Lisboa
14 de agosto de 2019**

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação ERC/2019/221 (PLU-TV)

Assunto: Queixa do PCP contra a RTP a propósito da cobertura noticiosa, na RTP1 e RTP3, do Debate sobre o Futuro da Europa com o Primeiro-Ministro português

I. Queixa

1. Deu entrada na ERC, em 19 de março de 2018, uma queixa do PCP contra a RTP, a propósito da cobertura noticiosa, no dia 14 de março, na RTP1 e RTP3, do Debate sobre o Futuro da Europa com o Primeiro-Ministro português.

2. Afirma o PCP que «[a] opção de excluir o PCP da peça em canal aberto, torna-se ainda mais absurda quando durante a tarde, na RTP 3, a peça emitida incluía declarações dos deputados portugueses no Parlamento Europeu dos vários partidos, incluindo do PCP. O que significa que houve uma decisão clara de excluir o PCP de um noticiário para o outro.»

3. Recorda que «[s]endo o dever de informar com rigor uma obrigação inerente a qualquer órgão de informação, a RTP tem obrigações reforçadas de pluralismo e isenção, enquanto serviço público de televisão.»

4. «Assim», afirma, «não se vislumbrando que critérios jornalísticos possam justificar a opção de apenas ouvir PS, PSD e CDS, esperamos que qualquer peça que envolva a opinião dos deputados portugueses eleitos no Parlamento Europeu possa, no futuro, ser determinada por princípios de respeito e igualdade, sendo ouvidos os deputados eleitos pelos diferentes Partidos ali representados.»

II. Defesa da denunciada

5. A denunciada «rejeita, em absoluto, as imputações de falta de pluralismo e isenção que lhe são dirigidas, em concreto quando se refere que houve uma decisão clara de excluir o PCP de um noticiário para o outro.»

6. Salaria «que a RTP, consciente das especiais obrigações, mantém uma preocupação constante em assegurar um papel insubstituível na garantia do pluralismo e na participação

democrática tentando responder, assim, aos desafios de qualidade do serviço público de televisão [e rádio].»

7. Afirma ainda que, «[d]e qualquer maneira, esses princípios de pluralismo e isenção na Informação devem ser entendidos de forma equilibrada, ou seja, harmonizando a obrigação de não discriminação, decorrente do princípio da igualdade, com critérios jornalísticos e de programação que, em determinado momento e por força de circunstâncias várias, poderão dar mais destaque a uma força política do que a outras, não se devendo aferir por programa, sob pena de, em muitos casos, desvirtuar o processo informativo ou, mesmo, limitando a liberdade de programação de forma desadequada.»

8. Sustenta que «[a] realidade é que, como a própria participação refere, a intervenção do PCP no Debate Sobre o Futuro da Europa foi objeto de cobertura.»

9. Afirma ainda que «[q]uanto ao caso em concreto, tanto quanto foi possível verificar, por razões de caudal informativo, houve necessidade de, de um noticiário para o outro, encurtar a peça em causa, o que determinou que, inadvertidamente, fosse retirado o “vivo” do eurodeputado do PCP. Foi um lapso, que lamentamos, mas não uma intenção.»

III. Audiência de conciliação

10. Por ofício datado de 20 de dezembro de 2018, ao abrigo do artigo 57.º dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, foram as partes notificadas do agendamento de audiência de conciliação, a realizar-se pelas 15 horas do dia 4 de janeiro de 2019, nas instalações da ERC. Contudo, no dia 2 de janeiro a RTP comunicou a esta Entidade a sua indisponibilidade para estar presente na supradita audiência de conciliação, alegando nada mais ter a acrescentar ao que foi dito na sua defesa, pelo que foi a referida cancelada.

IV. Análise e fundamentação

11. A Lei da Televisão estabelece, no artigo 9.º, n.º 1, alínea c), que “[c]onstituem fins da atividade de televisão, consoante a natureza, a temática e área de cobertura dos serviços televisivos disponibilizados, [p]romover a cidadania e a participação democrática e respeitar o pluralismo político, social e cultural”. Por sua vez, o artigo 34.º, n.º 2, alínea b) daquele diploma estabelece, como uma das obrigações gerais dos operadores de televisão que explorem serviços de programas televisivos generalistas, o dever de “[a]ssurar a difusão de uma informação que respeite o pluralismo, o rigor e a isenção.”

12. No que respeita em específico aos meios de comunicação social do setor público, o n.º 6 do artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa impõe que seja assegurada a «possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião». É ainda consagrado no artigo 51.º, n.º 2, alínea c) da Lei da Televisão, que «[à] concessionária incumbe, designadamente, [p]roporcionar uma informação isenta, rigorosa, plural (...)», bem como no Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, celebrado no dia 25 de março de 2008 (cláusula 5.ª, n.ºs 1 e 2, alíneas e) e f)).

13. Na peça informativa emitida ao início da tarde (pelas 14h20 e pelas 15h00), são exibidas declarações dos eurodeputados portugueses recolhidas fora do plenário: João Ferreira (PCP); Paulo Rangel (PSD); Nuno Melo (CDS); Carlos Zorrinho (PS); José Inácio Faria (MPT). Verifica-se, de facto, a presença de declarações do PCP. O único partido com assento no parlamento europeu que não foi ouvido foi o BE.

14. Na peça informativa emitida ao início da noite (pelas 20h37m e pelas 21:05), são exibidas as intervenções dos eurodeputados (de um eurodeputado por partido) na sessão plenária do parlamento europeu, excluindo o PCP (apesar das participações no debate de Miguel Viegas e de João Pinheiro) e do MPT (apesar da participação no debate de José Inácio Faria), bem como do BE (o único partido que não surge nas duas peças, embora se realce que o BE não interveio no referido debate)¹. Registe-se que no plenário intervieram ainda Maria José Rodrigues (PS), Ana Gomes (PS) e José Manuel Fernandes (PSD) mas as suas intervenções não foram exibidas pela denunciada (mas tão-somente uma intervenção por partido).

15. São, assim, exibidas na peça emitida ao início da noite as seguintes intervenções: Paulo Rangel (PSD); Nuno Melo (CDS); Carlos Zorrinho (PS).

16. As peças em apreço são muito semelhantes, mas enquanto na primeira (exibida ao início da tarde) se exibem declarações dos eurodeputados sobre a intervenção do Primeiro-Ministro português na sessão plenária do parlamento europeu, na segunda peça (exibida ao início da noite) são exibidas as intervenções dos eurodeputados na referida sessão plenária.

17. De um noticiário para outro, de facto, «desaparece» a intervenção de João Ferreira (PCP). Isto é, se na primeira peça se exibem as suas declarações (fora do plenário, como as dos restantes políticos), na segunda peça as suas declarações (em plenário) não são exibidas, mas sim as declarações em plenário de eurodeputados de outros partidos. O mesmo sucede com José Inácio Faria (MPT).

¹ http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/CRE-8-2018-03-14-ITM-006_PT.html

- 18.** A segunda peça foca-se, assim, na auscultação (um eurodeputado de cada um) do PS, PSD e CDS.
- 19.** Destaque-se que a intervenção do PCP assentava numa crítica negativa enquanto a do MPT se alicerçava numa crítica positiva, pelo que não resultou da não exibição destas intervenções qualquer desequilíbrio valorativo de uma peça para outra relativamente ao tema discutido em plenário.
- 20.** O denunciado defende que se tratou de uma questão de necessidade de encurtar a peça informativa – por «razões de caudal informativo» –, lamentando sucedido e afirmando ter-se tratado de uma inadvertência, sem qualquer intenção de excluir o PCP.
- 21.** Importa referir a liberdade editorial que assiste ao denunciado na edição das peças informativas e na definição de um critério editorial na exibição das declarações dos vários partidos políticos.
- 22.** Sublinhe-se ainda que o pluralismo político-partidário não deve ser visto como uma questão puramente aritmética e casuística, mas sim num espetro temporal mais alargado. Nesse sentido, destaque-se a publicação anual por parte desta Entidade do «Relatório de acompanhamento da observância do princípio do Pluralismo Político»².
- 23.** Deste modo, entende-se não ser possível através da análise de apenas dois serviços noticiosos específicos concluir pela violação do princípio do pluralismo político, sublinhando que horas antes o denunciado tinha já transmitido uma intervenção do queixoso sobre o assunto em causa.

V. Deliberação

Apreciada uma queixa do PCP contra a RTP a propósito da cobertura noticiosa, na RTP1 e RTP3, do Debate sobre o Futuro da Europa com o Primeiro-Ministro português, o Conselho Regulador, no exercício das atribuições e competências de regulação constantes, respetivamente, nos artigos 7.º, alínea d), 8.º, alínea j), e 24.º, n.º 3, alínea a) dos Estatutos anexos à Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, delibera arquivar o processo por não se dar por comprovada a violação do dever de pluralismo.

Lisboa, 14 de agosto de 2019

² <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-do-pluralismo-politico-partidario>

O Conselho Regulador,

Sebastião Póvoas

Mário Mesquita

Fátima Resende

Relatório de Visionamento e Análise de Conteúdo referente ao processo 500.10.01/2019/261

RTP3 (peça com duração de 2m42s)

24. No dia 14 de março, pelas 14h20, e pelas 15h00:

Voz-off: Os populismos não cessam de aumentar e o futuro da Europa preocupa o Parlamento Europeu, que iniciou uma série de debates com os líderes políticos. António Costa é o terceiro primeiro-ministro a vir ao Parlamento Europeu. O dirigente português defendeu uma europa de valores e disse que o nosso país está disponível para aumentar a sua contribuição financeira.

António Costa (primeiro-ministro): Portugal está disponível para aumentar a sua contribuição e apoia a criação de novos recursos próprios.

Voz-off: Referindo o sucesso da economia portuguesa, António Costa defendeu uma europa em que é possível fazer diferente mas cumprindo as regras.

António Costa: É verdade que fizemos diferente, mas cumprimos as regras, e temos, aliás, hoje, finanças públicas mais sólidas do que tínhamos há 3 anos atrás. Saímos em 2017 do procedimento por défice excessivo. Tivemos no ano passado o défice mais baixo dos 43 anos da nossa democracia e na semana passada a Comissão Europeia retirou Portugal da lista de países com desequilíbrios macroeconómicos excessivos.

Voz-off: Os eurodeputados portugueses da oposição não gostaram de ouvir António Costa propor um aumento da contribuição portuguesa.

Paulo Rangel (PSD): Acentuou muito a ideia das receitas próprias numa dimensão de impostos quando elas não são exatamente impostos tal como nós os configuramos. E portanto esta ideia de que se tem de contribuir mais e que isto pesará mais sobre os contribuintes é uma ideia do meu ponto de vista negativa.

Nuno Melo (CDS): Discurso previsível e no que tem a ver com Portugal mal. Na medida em que defende mais impostos para Portugal, impostos europeus, a somar a todos aqueles que já pagamos.

José Inácio Faria (MPT): Foi um ato de contrição do Sr. Primeiro-Ministro aqui, há uns tempos atrás falava do império da austeridade e neste momento vem pedir mais coesão e mais integração. Eu fiquei muito agradado.

João Ferreira (PCP): As políticas da União Europeia e muito particularmente a moeda única nos trouxeram divergência, até hoje.

Carlos Zorrinho (PS): A grande confiança no futuro da Europa e o sentido e a afirmação de que Portugal, até porque está disposto a financiar também mais este caminho para a Europa está no coração político do futuro da Europa.

Repórter: A proposta do primeiro-ministro português de aumentar a contribuição portuguesa para o orçamento da União Europeia não foi bem aceite pela direita portuguesa. Aliás, as intervenções dos eurodeputados provocaram aqui uma pequena polémica. Maria João Rodrigues, que neste momento lidera o grupo socialista acusou António Tajani, o presidente do parlamento europeu de apenas ter dado a palavra à direita portuguesa.

RTP1 e RTP3 (peça com duração de 2m31s)

25. No dia 14 de março, na RTP1, pelas 20h37m e na RTP3, pelas 21h05m:

Voz-off: Os populismos não cessam de aumentar e o futuro da Europa preocupa o Parlamento Europeu, que iniciou uma série de debates com os líderes políticos. António Costa é o terceiro primeiro-ministro a vir ao Parlamento Europeu. O dirigente português defendeu uma Europa de valores e disse que o nosso país está disponível para aumentar a sua contribuição financeira.

António Costa (primeiro-ministro): Temos de reforçar os recursos próprios da União e é necessário um aumento das contribuições de todos os estados membros. Portugal está disponível para aumentar a sua contribuição e apoia a criação de novos recursos próprios.

Voz-off: Os eurodeputados portugueses da oposição não gostaram de ouvir António Costa propor um aumento da contribuição portuguesa.

Paulo Rangel (PSD): Nós somos muito claros em que não haja aumento da carga fiscal sobre os mesmos de sempre. Deixou aqui a porta aberta para um grande aumento da carga fiscal.

Nuno Melo (CDS-PP): Quando governava o centro-direita, o Sr. Primeiro-ministro na oposição acusava esse governo de ir além da troika. Hoje, o Sr. primeiro-ministro, numa assentada – não é o presidente Mário Tajani, não é ninguém –, quer que se lancem 3 impostos de uma só vez.

Carlos Zorrinho (PS): Infelizmente não aproveitaram esse tempo para discutir o futuro da Europa mas para discutir o passado de Portugal, que ninguém quer, que ninguém relembra, e que ninguém tem saudades.

Voz-off: Referindo o sucesso da economia portuguesa, António Costa defendeu uma Europa em que é possível fazer diferente mas cumprindo as regras.

António Costa: É verdade que fizemos diferente, mas cumprimos as regras, e temos, aliás, hoje, finanças públicas mais sólidas do que tínhamos há 3 anos atrás.

Voz-off: Uma análise partilhada pelo presidente da comissão.

Jean Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia (legendado): Portugal saiu o ano passado do processo de défice excessivo e a semana passada a Comissão concluiu que os desequilíbrios macroeconómicos já não são excessivos. Quem acreditaria nisto há uns anos? Quem acreditaria nisso...?

Voz-off: O primeiro-ministro António Costa lançou aqui um apelo à solidariedade europeia. Para isso é necessário reforçar o orçamento da União Europeia. Um orçamento que vai ser necessário para as novas políticas, mas também é necessário defender a política de coesão e a política agrícola comum. Uma posição que será certamente partilhada pelo presidente da república francesa, Emanuel Macron, que virá aqui ao Parlamento Europeu no próximo mês, dar a sua visão da europa.

Departamento de Análise de Media